



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL
EDITAL 26/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

DISPENSA Nº: 26/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 181/2025

1. REGÊNCIA LEGAL

Este processo está fundamentado na Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inciso II.

1.1 MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA DISPENSA PRESENCIAL: A Câmara Municipal de Extrema, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 14.133/2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação por dispensa de licitação, presencial, nos termos do art. 75 da referida norma legal, para o seu objeto.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

DATA E HORA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Até o dia 31 de outubro de 2025, às 17h.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO:

Horário Oficial de Brasília (DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO:

licitacaoextrema@yahoo.com.br

3. ANEXOS DISPONÍVEIS

- Anexo I: Proposta de Preços
- Anexo II: Termo de Referência
- Anexo III: Estudos Técnicos Preliminares
- Anexo IV: Relação de Documentos Habilitação





- Anexo V: Planilha Estimada de Formação de Preços com Análise Crítica dos Dados Coletados (Preços Máximos)
- Anexo VI: Matriz de Risco
- Anexo VII: Declaração Conjunta
- Anexo VIII: Minuta de Contrato

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos seguintes combustíveis: ITEM 01: 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum; **ITEM 02:** 500 (quinhentos) litros de etanol; **ITEM 03:** 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10. Homologação prevista para 2026.

2. REGIME DE EXECUÇÃO / DO CONTRATO / JUSTIFICATIVAS

- 2.1 **Regime de execução:** Execução indireta, empreitada por preço unitário, execução parcelada, mediante requisição.
- 2.2 **Prazo do contrato:** Da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.
- 2.3 **Prorrogação:** Não haverá prorrogação do contrato.
- 2.4 **Exclusivo Para ME, EPP ou Equiparadas:** Não.
- 2.5 **Justificativas:**

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — tem como fundamento técnico a necessidade de garantir o abastecimento regular e seguro da frota de veículos oficiais utilizada pelo órgão em suas atividades administrativas, operacionais e de campo.

O combustível é insumo essencial e de consumo contínuo, diretamente relacionado à execução de serviços públicos de interesse coletivo, tais como transporte de equipes, deslocamentos técnicos, fiscalização de obras e ações de atendimento à população. A ausência desse insumo comprometeria a eficiência e a regularidade das operações, podendo causar prejuízos logísticos e administrativos.

O fornecimento por empresa especializada devidamente licenciada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assegura a conformidade dos produtos com os padrões técnicos e ambientais exigidos, prevenindo danos aos veículos e garantindo o desempenho adequado dos motores.





A contratação formal e planejada elimina a necessidade de aquisições emergenciais ou fragmentadas, promovendo controle de consumo, rastreabilidade de abastecimentos e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A definição dos quantitativos estimados — 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10 — resulta de levantamento técnico realizado com base no histórico de consumo da frota, nas projeções de atividades para o exercício de 2026 e nas metas institucionais definidas no planejamento anual de contratações. Essa metodologia permite compatibilizar o fornecimento com a demanda real, evitando tanto o excesso quanto a insuficiência de abastecimento.

Do ponto de vista técnico-econômico, a adoção de processo licitatório competitivo garante a obtenção de preços de mercado e condições vantajosas, assegurando economicidade e isonomia entre os fornecedores. O modelo de fornecimento parcelado, conforme a demanda, reduz riscos de deterioração do produto, otimiza o controle de estoque e ajusta os pagamentos ao efetivo consumo.

A contratação, portanto, fundamenta-se em critérios técnicos de planejamento, padronização, controle e eficiência operacional, configurando-se como medida indispensável para a manutenção da frota e o cumprimento das atividades públicas sob responsabilidade do órgão, em estrita observância aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — justifica-se economicamente pela necessidade de assegurar o abastecimento contínuo da frota oficial de forma planejada, transparente e financeiramente vantajosa à administração pública.

O combustível constitui insumo essencial e de consumo permanente, sendo indispensável ao funcionamento das atividades administrativas e operacionais do órgão. A realização da contratação por meio de processo licitatório competitivo promove a ampla concorrência entre fornecedores, permitindo a obtenção dos menores preços praticados no mercado local e garantindo melhores condições de pagamento e fornecimento.

Esse modelo de contratação permite ainda a previsibilidade orçamentária, uma vez que o planejamento dos quantitativos é feito com base em histórico de consumo e projeções de demanda para o exercício de 2026, evitando tanto o desperdício de recursos quanto a insuficiência de abastecimento.





O fornecimento parcelado conforme a necessidade real do órgão evita o imobilismo de capital e as perdas decorrentes de estocagem inadequada, já que o pagamento será efetuado somente após o consumo efetivo. Dessa forma, a administração pública garante liquidez orçamentária, melhor fluxo de caixa e aplicação eficiente dos recursos públicos.

Assim, sob o ponto de vista econômico, a contratação mostra-se a opção mais racional, vantajosa e sustentável, assegurando o atendimento contínuo das necessidades institucionais com o menor custo global possível e em plena conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Embora o valor estimado para o presente objeto esteja dentro do limite que ensejaria a realização de licitação exclusiva para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas, optou-se pela modalidade geral, não exclusiva, em razão da experiência histórica acumulada pela Administração, que demonstra a ausência de participação dessas categorias empresariais em certames similares.

Para evidenciar tal constatação, foram juntadas aos autos, respectivamente, às folhas números 55, 56 e 57, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024, cópias das atas de processos licitatórios destinados exclusivamente a ME, EPP e equiparadas, todos referentes ao mesmo objeto de contratação. A análise dessas atas comprova que tais processos foram desertos, não havendo manifestação de interesse por parte das empresas enquadradas nas categorias previstas.

A opção pela licitação geral encontra perfeita justificativa técnica e legal, uma vez que: a. Busca-se garantir a efetividade do certame, evitando insucessos decorrentes da ausência de participantes aptos b. Atende ao princípio da eficiência, ao possibilitar que a Administração selecione o fornecedor mais adequado e apto a executar o objeto dentro das condições requeridas c. Observa a economicidade, prevenindo prejuízos decorrentes de procedimentos repetidos ou frustrados d. Mantém-se a legalidade e transparência, uma vez que toda a decisão está devidamente documentada e fundamentada nos autos, com evidências concretas da inviabilidade prática da exclusividade para ME, EPP ou equiparadas

Portanto, a escolha por realizar a licitação em caráter geral, embora o valor estimado comporte a exclusividade, é plenamente justificada pelo interesse público, pela necessidade de garantir competitividade real, continuidade do processo e





segurança jurídica, em estrita observância aos princípios constitucionais e administrativos que regem a matéria.

A exigência de que a licitante participante da presente licitação para fornecimento de combustíveis possua sede localizada a, no máximo, 5 km da sede da Administração justifica-se plenamente em razão da necessidade de garantir a execução satisfatória e eficiente do contrato, atendendo aos interesses públicos e aos princípios da eficiência e da economicidade.

Considerando as particularidades do objeto licitado, que envolve o fornecimento parcelado de combustíveis mediante requisição, é indispensável que a empresa fornecedora possa realizar entregas rápidas, contínuas e confiáveis, minimizando riscos de atrasos, interrupções nas atividades da Administração e eventuais prejuízos decorrentes da indisponibilidade do produto.

Do ponto de vista técnico, a restrição de proximidade permite assegurar que a licitante tenha condições logísticas adequadas, com veículos e estrutura preparados para atendimento ágil, garantindo transporte seguro, conferência correta dos volumes fornecidos e conformidade com normas de segurança e ambientais.

A limitação territorial de até 5 km mostra-se razoável e proporcional, pois atende ao equilíbrio entre competitividade e viabilidade operacional, garantindo ampla concorrência dentro de um raio compatível com o cumprimento eficiente do contrato, sem onerar a Administração com custos de transporte ou atrasos que comprometam a continuidade dos serviços.

Portanto, a exigência é justificada, pertinente e fundamentada, atendendo ao interesse público, à eficiência, à economicidade e à segurança na execução do fornecimento de combustíveis.

A exigência de que a validade mínima da proposta seja de 150 dias justifica-se pela necessidade de garantir segurança jurídica e estabilidade na execução do processo licitatório, considerando que a homologação do certame está prevista para o ano de 2026.

Essa medida assegura que as propostas apresentadas permaneçam vigentes durante todo o período necessário para análise, julgamento e homologação, evitando que a Administração enfrente situações em que preços, condições ou disponibilidade do objeto se tornem obsoletos ou insuficientes para atender às necessidades previstas.





Do ponto de vista técnico e administrativo, a validade estendida proporciona tempo suficiente para a realização de todas as fases do procedimento, incluindo eventual reavaliação de documentos, consultas adicionais e ajustes necessários, garantindo a continuidade e regularidade do fornecimento.

Adicionalmente, a exigência de 150 dias é razoável e proporcional, equilibrando a necessidade de estabilidade da proposta com a competitividade entre os licitantes, assegurando que a Administração obtenha condições vantajosas e previsibilidade na execução do contrato.

Portanto, a definição da validade mínima da proposta em 150 dias é justificada, pertinente e fundamentada, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, assegurando o pleno interesse público.

A presente contratação justifica-se em razão do interesse público, uma vez que visa garantir o fornecimento contínuo e regular de combustíveis necessários ao funcionamento das atividades administrativas da Administração, assegurando a manutenção dos serviços essenciais à população.

O fornecimento adequado e tempestivo de combustíveis é indispensável para a operação de veículos e equipamentos utilizados em diversas ações institucionais, incluindo transporte, logística e execução de programas públicos, de modo que qualquer interrupção ou irregularidade poderia comprometer diretamente o atendimento à sociedade.

Além disso, a contratação atende aos princípios da eficiência e da economicidade, ao possibilitar planejamento, controle e execução racional do consumo de combustíveis, evitando desperdícios, atrasos e custos desnecessários.

Portanto, a realização deste certame é plenamente justificada pelo interesse público, garantindo a continuidade dos serviços, a efetividade das políticas administrativas e a correta aplicação de recursos públicos.





3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação as pessoas jurídicas regularmente estabelecidas no país que atendam às condições exigidas neste Aviso e em seus anexos, desde que pertençam ao ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado. Somente serão admitidas **empresas fornecedoras de combustíveis localizadas a uma distância máxima de 5 (cinco) quilômetros** da sede da Câmara Municipal de Extrema (Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova. Extrema, MG).

3.2 Só será permitido um representante por empresa.

3.3 **Não poderão participar desta Dispensa de Licitação** os interessados:

3.3.1 Empresas localizadas a mais de 05 km de distância da sede da Câmara Municipal de Extrema.

3.3.1.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O impedimento de que trata o item 3.4.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.5 e 3.4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.4.5 e 3.4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do





projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.4.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 3.3.90.30.01

Ficha: 16

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

5.1 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, no mínimo, contados a partir da data da publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Este aviso também será publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema: <https://camaraextrema.mg.gov.br/diario-oficial/>





5.2 A proposta de preços e os documentos de habilitação, deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: licitacaoextrema@yahoo.com.br, fazendo referência no assunto do e-mail a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2025** ou entregues na sala da secretaria administrativa da Câmara Municipal de Extrema no horário e prazo estabelecidos.

5.3 Todos os e-mails serão respondidos como recebidos. É obrigação da licitante interessada confirmar o seu envio/recebimento. A Câmara Municipal de Extrema não se responsabiliza pelo não recebimento da proposta e dos documentos solicitados.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta de preços **deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.**

6.2 A proposta **deverá** ser redigida em papel timbrado da licitante interessada **em conformidade com o ANEXO I** deste aviso, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado; em Língua Portuguesa, e os valores com no máximo duas casas decimais.

a) O prazo de validade da proposta será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma para todos os efeitos. Sendo apresentado prazo inferior, ou não sendo apresentado o prazo, o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias valerá para todos os efeitos, salvo se o prazo apresentado for superior a cento e cinquenta dias. Neste caso, prevalecerá o prazo maior. De qualquer forma, é facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponderrigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste





Aviso será desclassificada. Bem como aquela que não apresente marca e modelo (quando exigíveis) ou apresente mais de uma marca ou modelo para o mesmo objeto.

6.5 Os preços ofertados **não poderão exceder os preços máximos** constantes neste Aviso. **(ANEXO V).**

7.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos **relacionados no Anexo IV** com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

a. PROPOSTAS DE PREÇOS

i. As propostas apresentadas em conformidade com as exigências deste Aviso serão classificadas, **sendo declarada vencedora aquela que apresentar o MENOR PREÇO UNITÁRIO.**

ii. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem divergências em relação às exigências deste Aviso e seus anexos.

b. HABILITAÇÃO

i. Será habilitado o interessado que atender a todas as condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

ii. Será inabilitado o interessado que não atender às condições previstas neste Aviso e em seus anexos.

9.OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos; bem como as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





9.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias



e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.





9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.19.1 Cumprir rigorosamente o proposto pela CONTRATANTE quanto a horários, local de realização, disponibilização de materiais aos participantes. E, em especial aos requisitos da contratação delineados na íntegra no Termo de Referência e ETP.

9.20. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de dispensa ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

9.21 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.21.1 São obrigações do Contratante:

9.21.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos; encaminhar para a Contratada todas as imagens e textos a serem impressos;

9.21.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.21.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.21.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.21.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;





9.21.7 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.21.8 Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.21.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

9.21.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.21.11 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.21.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.22 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante adimplência eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.23 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.23.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.23.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.23.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.23.4 Multa:

9.23.4.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.23.4.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.24 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.25 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.25.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação .

9.25.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.25.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser



recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.26 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.27 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.28 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.29 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.30 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.31 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade





para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.32 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10.DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.2 O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.3 O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo MUNICÍPIO.

10.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

10.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições





estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

10.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

10.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:

- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

10.8.1 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

10.9 Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o Presidente da Comissão de Licitação poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.10 A critério do Presidente da Comissão de Licitação a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.





11. **DA VIGÊNCIA:** Da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.2 DECLARAÇÃO CONJUNTA: Deverá ser apresentada junto com os documentos de habilitação em conformidade com o anexo deste Aviso. **ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONJUNTA.**

12.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.





b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

12.5 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

12.5.1 As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

DA APROVAÇÃO DESTE EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Extrema, MG, 22 de outubro de 2025.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA
PRESIDENTE



**ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS**

Dados da empresa e de seu representante legal:

Empresa:

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: 181/2025

DISPENSA Nº.: 26/2025

E-MAIL:

TELEFONE / WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	GASOLINA COMUM			6.700 litros	
02	ETANOL			500 litros	
03	DIESEL S10			2.000 litros	
VALOR GLOBAL ESTIMADO					

Validade da proposta:**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx





Declaramos que estamos de acordo com as condições do aviso de dispensa, minuta de contrato e seus anexos. **Declaramos** essa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local/Data: xxx

Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ()	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ()	
	BANCO	
	AGÊNCIA	
	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável





ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 181/2025

DISPENSA Nº 26/2025

Fundamentação Legal: Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos seguintes combustíveis, de forma parcelada, mediante requisição: **Item 01:** 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum; **Item 02:** 500 (quinhentos) litros de etanol; **Item 03:** 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10. Homologação prevista para 2026.

Prazo do contrato: Da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

1.1 **Prorrogação:** Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em **conformidade com os Estudos Técnicos Preliminares** a presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e óleo diesel S10 — destinados ao abastecimento da frota oficial utilizada nas atividades administrativas, operacionais e de serviços essenciais do órgão.

A necessidade decorre da manutenção regular das ações institucionais, que envolvem o deslocamento de servidores, transporte de materiais, visitas técnicas, fiscalização de campo e demais atividades que demandam o uso de veículos oficiais. A inexistência de fornecimento adequado de combustíveis comprometeria diretamente a execução das políticas públicas sob responsabilidade da administração, com impacto negativo sobre a eficiência, a continuidade e a economicidade dos serviços prestados à população.





O fornecimento por empresa especializada, devidamente licenciada para comercialização de combustíveis, garante o atendimento aos padrões de qualidade exigidos pela ANP, a rastreabilidade do produto e a segurança operacional durante o abastecimento. Trata-se de solução técnica comprovadamente mais vantajosa, uma vez que assegura regularidade no fornecimento, controle de consumo e conformidade com as normas ambientais e de segurança vigentes.

Os quantitativos estimados — 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10 — foram definidos com base no histórico de consumo anual, no planejamento operacional das unidades e na projeção de atividades para o exercício de 2026, conforme previsto no Plano Anual de Contratações.

A contratação, com homologação prevista para 2026, permitirá o adequado suprimento das necessidades institucionais, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais, a eficiência logística da frota, a transparência do gasto público e o cumprimento dos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a eficiência das atividades públicas desempenhadas pelo órgão. Os veículos oficiais são indispensáveis ao funcionamento regular da administração, sendo utilizados em deslocamentos técnicos, transporte de equipes e materiais, visitas institucionais, ações de campo e demais serviços essenciais à coletividade.

Sob a ótica do interesse público, o fornecimento de combustíveis representa um insumo estratégico para o cumprimento das finalidades administrativas e das políticas públicas em execução. A ausência de abastecimento adequado acarretaria prejuízos diretos à prestação dos serviços, comprometendo prazos, atendimento à população e a atuação operacional de diversos setores.

A opção por empresa especializada, devidamente regularizada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), assegura que os produtos fornecidos atendam aos padrões técnicos de qualidade e segurança, prevenindo danos aos veículos e garantindo o consumo eficiente de combustível. Além disso, a contratação formal e planejada proporciona maior controle





administrativo sobre a utilização da frota, permitindo a rastreabilidade das despesas e o monitoramento do consumo por veículo e por setor.

Do ponto de vista econômico, a centralização da aquisição por meio de processo licitatório amplia a competitividade entre fornecedores, promove melhores condições de preço e assegura transparência na aplicação dos recursos públicos. Essa medida previne contratações fragmentadas, reduz custos administrativos e contribui para a gestão racional do orçamento.

A previsão de homologação para 2026 insere-se no planejamento anual de contratações e garante que a administração disponha do insumo necessário para a execução ininterrupta de suas atividades, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, da legalidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis automotivos, de forma parcelada, mediante requisição, contemplando todas as etapas do ciclo de vida da solução, desde o planejamento da demanda até a entrega final, garantindo qualidade, regularidade e conformidade com normas técnicas e ambientais.

O fornecimento compreenderá os seguintes itens:

- a) Item 01: 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum
- b) Item 02: 500 (quinhentos) litros de etanol
- c) Item 03: 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10

Escopo e Ciclo de Vida:

- a. Planejamento e programação do fornecimento: a contratada deverá atender às requisições da contratante de acordo com a programação estabelecida, considerando a sazonalidade e as demandas operacionais;
- b. Logística e transporte seguro: o fornecimento será realizado em veículos apropriados, com observância de normas de segurança, no endereço da CONTRADA;





- c. Suporte e resolução de não conformidades: a contratada deverá prestar suporte imediato em caso de divergências, atrasos ou problemas na qualidade do produto, incluindo reposição ou correção sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- e. Sustentabilidade e descarte: todos os processos deverão observar legislação ambiental, garantindo que resíduos ou embalagens geradas sejam devidamente descartados ou reciclados;
- f. Garantia de conformidade contínua: o fornecimento atenderá às normas técnicas vigentes, padrões de qualidade e segurança, assegurando o desempenho eficiente dos combustíveis durante todo o período de homologação previsto para 2026.

Essa abordagem assegura que o objeto da contratação seja integralmente compreendido e gerenciado, garantindo eficiência, segurança, regularidade e sustentabilidade em todas as fases do ciclo de vida da solução.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 São Requisitos da Contratação:

- a) Cumprir integralmente as exigências de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- b) O posto de abastecimento deverá estar situado em raio máximo de 05 (cinco) km da sede da Câmara Municipal de Extrema, garantindo deslocamento rápido e econômico.
- c) O fornecimento será realizado diretamente nas bombas do estabelecimento credenciado, mediante emissão de cupom fiscal em nome do CONTRATANTE.
- d) Todos os combustíveis deverão atender aos padrões e especificações da ANP, com origem comprovada e livre de adulteração.
- e) O órgão contratante poderá realizar fiscalização direta, auditoria e conferência in loco.
- f) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda.
- g) Os preços deverão permanecer fixos e irrevogáveis durante a vigência contratual, salvo questões de reequilíbrio financeiro devidamente comprovado.





- h) O contrato terá vigência de da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.
- i) A homologação está prevista para o exercício de 2026, conforme o planejamento anual de contratações.
- j) A gestão do contrato deverá priorizar o consumo racional, a eficiência energética e a redução de desperdícios.

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;





4.3 DECLARAÇÃO CONJUNTA: Deverá ser apresentada junto com os documentos de habilitação em conformidade com o anexo do Edital. **ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONJUNTA.**

4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

4.5 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

4.5.1 As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, entrega parcelada, mediante requisição.**
- b. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os produtos serão recebidos de forma imediata, pelo motorista e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- c. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- d. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





- e. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- f. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- g. É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g) O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- h) O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- i) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- j) O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- k) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
- l) O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- m) O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a





formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- n) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- o) O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- p) O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- q) O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- r) O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- s) O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





t) O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora e Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-la, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a esta atribuição.

u) Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

v) A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

w) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I. Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;

II. Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;

III. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);





V.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

Obs: As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 O objeto é de fornecimento imediato. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). A CONTRATADA deverá entregar o objeto em estrita conformidade com a proposta, na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, em Extrema, MG. Horário: Das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h.

7.2 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue nas condições estabelecidas.

7.3 No caso de controvérsia na entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências no fornecimento do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.6 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da





liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

7.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da





regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

7.20 Não será admitida a antecipação de pagamento.





7.21 Da subcontratação e da entrega: É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente à Câmara Municipal de Extrema, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação conforme Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, pelo menor preço unitário.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Gasolina Comum	R\$ 6,38	6.700 litros	R\$ 42.746,00
02	Etanol	R\$ 4,40	500 litros	R\$ 2.200,00
03	Diesel S10	R\$ 6,50	2.000 litros	R\$ 13.000,00





VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 57.946,00
------------------------------	--------------------------

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “Análise Crítica dos Dados Coletados”.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 3.3.90.30.01

Ficha: 16

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS

11. JUSTIFICATIVAS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — tem como fundamento técnico a necessidade de garantir o abastecimento regular e seguro da frota de veículos oficiais utilizada pelo órgão em suas atividades administrativas, operacionais e de campo.

O combustível é insumo essencial e de consumo contínuo, diretamente relacionado à execução de serviços públicos de interesse coletivo, tais como transporte de equipes, deslocamentos técnicos, fiscalização de obras e ações de atendimento à população. A ausência desse insumo comprometeria a eficiência e a regularidade das operações, podendo causar prejuízos logísticos e administrativos.

O fornecimento por empresa especializada devidamente licenciada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assegura a





conformidade dos produtos com os padrões técnicos e ambientais exigidos, prevenindo danos aos veículos e garantindo o desempenho adequado dos motores. A contratação formal e planejada elimina a necessidade de aquisições emergenciais ou fragmentadas, promovendo controle de consumo, rastreabilidade de abastecimentos e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A definição dos quantitativos estimados — 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10 — resulta de levantamento técnico realizado com base no histórico de consumo da frota, nas projeções de atividades para o exercício de 2026 e nas metas institucionais definidas no planejamento anual de contratações. Essa metodologia permite compatibilizar o fornecimento com a demanda real, evitando tanto o excesso quanto a insuficiência de abastecimento.

Do ponto de vista técnico-econômico, a adoção de processo licitatório competitivo garante a obtenção de preços de mercado e condições vantajosas, assegurando economicidade e isonomia entre os fornecedores. O modelo de fornecimento parcelado, conforme a demanda, reduz riscos de deterioração do produto, otimiza o controle de estoque e ajusta os pagamentos ao efetivo consumo.

A contratação, portanto, fundamenta-se em critérios técnicos de planejamento, padronização, controle e eficiência operacional, configurando-se como medida indispensável para a manutenção da frota e o cumprimento das atividades públicas sob responsabilidade do órgão, em estrita observância aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — justifica-se economicamente pela necessidade de assegurar o abastecimento contínuo da frota oficial de forma planejada, transparente e financeiramente vantajosa à administração pública.

O combustível constitui insumo essencial e de consumo permanente, sendo indispensável ao funcionamento das atividades administrativas e operacionais do órgão. A realização da contratação por meio de processo licitatório competitivo promove a ampla concorrência entre fornecedores, permitindo a obtenção dos menores preços praticados no mercado local e garantindo melhores condições de pagamento e fornecimento.

Esse modelo de contratação permite ainda a previsibilidade orçamentária, uma vez que o planejamento dos quantitativos é feito com base em histórico de consumo





e projeções de demanda para o exercício de 2026, evitando tanto o desperdício de recursos quanto a insuficiência de abastecimento.

O fornecimento parcelado conforme a necessidade real do órgão evita o imobilismo de capital e as perdas decorrentes de estocagem inadequada, já que o pagamento será efetuado somente após o consumo efetivo. Dessa forma, a administração pública garante liquidez orçamentária, melhor fluxo de caixa e aplicação eficiente dos recursos públicos.

Assim, sob o ponto de vista econômico, a contratação mostra-se a opção mais racional, vantajosa e sustentável, assegurando o atendimento contínuo das necessidades institucionais com o menor custo global possível e em plena conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Embora o valor estimado para o presente objeto esteja dentro do limite que ensejaria a realização de licitação exclusiva para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas, optou-se pela modalidade geral, não exclusiva, em razão da experiência histórica acumulada pela Administração, que demonstra a ausência de participação dessas categorias empresariais em certames similares.

Para evidenciar tal constatação, foram juntadas aos autos, respectivamente, às folhas números 55, 56 e 57, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024, cópias das atas de processos licitatórios destinados exclusivamente a ME, EPP e equiparadas, todos referentes ao mesmo objeto de contratação. A análise dessas atas comprova que tais processos foram desertos, não havendo manifestação de interesse por parte das empresas enquadradas nas categorias previstas.

A opção pela licitação geral encontra perfeita justificativa técnica e legal, uma vez que: a. Busca-se garantir a efetividade do certame, evitando insucessos decorrentes da ausência de participantes aptos b. Atende ao princípio da eficiência, ao possibilitar que a Administração selecione o fornecedor mais adequado e apto a executar o objeto dentro das condições requeridas c. Observa a economicidade, prevenindo prejuízos decorrentes de procedimentos repetidos ou frustrados d. Mantém-se a legalidade e transparência, uma vez que toda a decisão está devidamente documentada e fundamentada nos autos, com evidências concretas da inviabilidade prática da exclusividade para ME, EPP ou equiparadas





Portanto, a escolha por realizar a licitação em caráter geral, embora o valor estimado comporte a exclusividade, é plenamente justificada pelo interesse público, pela necessidade de garantir competitividade real, continuidade do processo e segurança jurídica, em estrita observância aos princípios constitucionais e administrativos que regem a matéria.

A exigência de que a licitante participante da presente licitação para fornecimento de combustíveis possua sede localizada a, no máximo, 5 km da sede da Administração justifica-se plenamente em razão da necessidade de garantir a execução satisfatória e eficiente do contrato, atendendo aos interesses públicos e aos princípios da eficiência e da economicidade.

Considerando as particularidades do objeto licitado, que envolve o fornecimento parcelado de combustíveis mediante requisição, é indispensável que a empresa fornecedora possa realizar entregas rápidas, contínuas e confiáveis, minimizando riscos de atrasos, interrupções nas atividades da Administração e eventuais prejuízos decorrentes da indisponibilidade do produto.

Do ponto de vista técnico, a restrição de proximidade permite assegurar que a licitante tenha condições logísticas adequadas, com veículos e estrutura preparados para atendimento ágil, garantindo transporte seguro, conferência correta dos volumes fornecidos e conformidade com normas de segurança e ambientais.

A limitação territorial de até 5 km mostra-se razoável e proporcional, pois atende ao equilíbrio entre competitividade e viabilidade operacional, garantindo ampla concorrência dentro de um raio compatível com o cumprimento eficiente do contrato, sem onerar a Administração com custos de transporte ou atrasos que comprometam a continuidade dos serviços.

Portanto, a exigência é justificada, pertinente e fundamentada, atendendo ao interesse público, à eficiência, à economicidade e à segurança na execução do fornecimento de combustíveis.

A exigência de que a validade mínima da proposta seja de 150 dias justifica-se pela necessidade de garantir segurança jurídica e estabilidade na execução do processo licitatório, considerando que a homologação do certame está prevista para o ano de 2026.

Essa medida assegura que as propostas apresentadas permaneçam vigentes durante todo o período necessário para análise, julgamento e homologação, evitando





que a Administração enfrente situações em que preços, condições ou disponibilidade do objeto se tornem obsoletos ou insuficientes para atender às necessidades previstas.

Do ponto de vista técnico e administrativo, a validade estendida proporciona tempo suficiente para a realização de todas as fases do procedimento, incluindo eventual reavaliação de documentos, consultas adicionais e ajustes necessários, garantindo a continuidade e regularidade do fornecimento.

Adicionalmente, a exigência de 150 dias é razoável e proporcional, equilibrando a necessidade de estabilidade da proposta com a competitividade entre os licitantes, assegurando que a Administração obtenha condições vantajosas e previsibilidade na execução do contrato.

Portanto, a definição da validade mínima da proposta em 150 dias é justificada, pertinente e fundamentada, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, assegurando o pleno interesse público.

A presente contratação justifica-se em razão do interesse público, uma vez que visa garantir o fornecimento contínuo e regular de combustíveis necessários ao funcionamento das atividades administrativas da Administração, assegurando a manutenção dos serviços essenciais à população.

O fornecimento adequado e tempestivo de combustíveis é indispensável para a operação de veículos e equipamentos utilizados em diversas ações institucionais, incluindo transporte, logística e execução de programas públicos, de modo que qualquer interrupção ou irregularidade poderia comprometer diretamente o atendimento à sociedade.

Além disso, a contratação atende aos princípios da eficiência e da economicidade, ao possibilitar planejamento, controle e execução racional do consumo de combustíveis, evitando desperdícios, atrasos e custos desnecessários.

Portanto, a realização deste certame é plenamente justificada pelo interesse público, garantindo a continuidade dos serviços, a efetividade das políticas administrativas e a correta aplicação de recursos públicos.





DIRETORIA GERAL

Extrema, MG, 21 de outubro de 2025.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA
PRESIDENTE





ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PROCESSO NÚMERO 181/2025

DISPENSA NÚMERO 26/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos seguintes combustíveis, de forma parcelada, mediante requisição: **Item 01:** 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum; **Item 02:** 500 (quinhentos) litros de etanol; **Item 03:** 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10. Homologação prevista para 2026.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e óleo diesel S10 — destinados ao abastecimento da frota oficial utilizada nas atividades administrativas, operacionais e de serviços essenciais do órgão.

A necessidade decorre da manutenção regular das ações institucionais, que envolvem o deslocamento de servidores, transporte de materiais, visitas técnicas, fiscalização de campo e demais atividades que demandam o uso de veículos oficiais. A inexistência de fornecimento adequado de combustíveis comprometeria diretamente a execução das políticas públicas sob





responsabilidade da administração, com impacto negativo sobre a eficiência, a continuidade e a economicidade dos serviços prestados à população.

O fornecimento por empresa especializada, devidamente licenciada para comercialização de combustíveis, garante o atendimento aos padrões de qualidade exigidos pela ANP, a rastreabilidade do produto e a segurança operacional durante o abastecimento. Trata-se de solução técnica comprovadamente mais vantajosa, uma vez que assegura regularidade no fornecimento, controle de consumo e conformidade com as normas ambientais e de segurança vigentes.

Os quantitativos estimados — 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10 — foram definidos com base no histórico de consumo anual, no planejamento operacional das unidades e na projeção de atividades para o exercício de 2026, conforme previsto no Plano Anual de Contratações.

A contratação, com homologação prevista para 2026, permitirá o adequado suprimento das necessidades institucionais, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais, a eficiência logística da frota, a transparência do gasto público e o cumprimento dos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a eficiência das atividades públicas desempenhadas pelo órgão. Os veículos oficiais são indispensáveis ao funcionamento regular da administração, sendo utilizados em deslocamentos técnicos, transporte de equipes e materiais, visitas institucionais, ações de campo e demais serviços essenciais à coletividade.

Sob a ótica do interesse público, o fornecimento de combustíveis representa um insumo estratégico para o cumprimento das finalidades administrativas e das políticas públicas em execução. A ausência de abastecimento adequado acarretaria prejuízos diretos à prestação dos serviços, comprometendo prazos, atendimento à população e a atuação operacional de diversos setores.



A opção por empresa especializada, devidamente regularizada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), assegura que os produtos fornecidos atendam aos padrões técnicos de qualidade e segurança, prevenindo danos aos veículos e garantindo o consumo eficiente de combustível. Além disso, a contratação formal e planejada proporciona maior controle administrativo sobre a utilização da frota, permitindo a rastreabilidade das despesas e o monitoramento do consumo por veículo e por setor.

Do ponto de vista econômico, a centralização da aquisição por meio de processo licitatório amplia a competitividade entre fornecedores, promove melhores condições de preço e assegura transparência na aplicação dos recursos públicos. Essa medida previne contratações fragmentadas, reduz custos administrativos e contribui para a gestão racional do orçamento.

A previsão de homologação para 2026 insere-se no planejamento anual de contratações e garante que a administração disponha do insumo necessário para a execução ininterrupta de suas atividades, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, da legalidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	Gasolina Comum	292
02	Etanol	455
03	Diesel S10	293



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 São Requisitos da Contratação:

- a) Cumprir integralmente as exigências de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- b) O posto de abastecimento deverá estar situado em raio máximo de 05 (cinco) km da sede da Câmara Municipal de Extrema, garantindo deslocamento rápido e econômico.
- c) O fornecimento será realizado diretamente nas bombas do estabelecimento credenciado, mediante emissão de cupom fiscal em nome do CONTRATANTE.
- d) Todos os combustíveis deverão atender aos padrões e especificações da ANP, com origem comprovada e livre de adulteração.
- e) O órgão contratante poderá realizar fiscalização direta, auditoria e conferência in loco.
- f) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda.
- g) Os preços deverão permanecer fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual, salvo questões de reequilíbrio financeiro devidamente comprovado.
- h) O contrato terá vigência de da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.
- i) A homologação está prevista para o exercício de 2026, conforme o planejamento anual de contratações.
- j) A gestão do contrato deverá priorizar o consumo racional, a eficiência energética e a redução de desperdícios.

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;





- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.3 DECLARAÇÃO CONJUNTA: Deverá ser apresentada junto com os documentos de habilitação em conformidade com o anexo do Edital. **ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONJUNTA.**

4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.



4.5 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

4.5.1 As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As quantidades de serviços a serem contratadas estão estabelecidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Gasolina Comum	R\$ 6,38	6.700 litros	R\$ 42.746,00
02	Etanol	R\$ 4,40	500 litros	R\$ 2.200,00
03	Diesel S10	R\$ 6,50	2.000 litros	R\$ 13.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 57.946,00

Contratações correlatas e/ou interdependentes: Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão, com término previsto para 31 de dezembro de 2025.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os produtos que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.



JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

Justificativa Técnica

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — tem como fundamento técnico a necessidade de garantir o abastecimento regular e seguro da frota de veículos oficiais utilizada pelo órgão em suas atividades administrativas, operacionais e de campo.

O combustível é insumo essencial e de consumo contínuo, diretamente relacionado à execução de serviços públicos de interesse coletivo, tais como transporte de equipes, deslocamentos técnicos, fiscalização de obras e ações de atendimento à população. A ausência desse insumo comprometeria a eficiência e a regularidade das operações, podendo causar prejuízos logísticos e administrativos.

O fornecimento por empresa especializada devidamente licenciada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assegura a conformidade dos produtos com os padrões técnicos e ambientais exigidos, prevenindo danos aos veículos e garantindo o desempenho adequado dos motores. A contratação formal e planejada elimina a necessidade de aquisições emergenciais ou fragmentadas, promovendo controle de consumo, rastreabilidade de abastecimentos e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A definição dos quantitativos estimados — 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10 — resulta de levantamento técnico realizado com base no histórico de consumo da frota, nas projeções de atividades para o exercício de 2026 e nas metas institucionais definidas no planejamento anual de contratações. Essa metodologia permite





compatibilizar o fornecimento com a demanda real, evitando tanto o excesso quanto a insuficiência de abastecimento.

Do ponto de vista técnico-econômico, a adoção de processo licitatório competitivo garante a obtenção de preços de mercado e condições vantajosas, assegurando economicidade e isonomia entre os fornecedores. O modelo de fornecimento parcelado, conforme a demanda, reduz riscos de deterioração do produto, otimiza o controle de estoque e ajusta os pagamentos ao efetivo consumo.

A contratação, portanto, fundamenta-se em critérios técnicos de planejamento, padronização, controle e eficiência operacional, configurando-se como medida indispensável para a manutenção da frota e o cumprimento das atividades públicas sob responsabilidade do órgão, em estrita observância aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa econômica

A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — justifica-se economicamente pela necessidade de assegurar o abastecimento contínuo da frota oficial de forma planejada, transparente e financeiramente vantajosa à administração pública.

O combustível constitui insumo essencial e de consumo permanente, sendo indispensável ao funcionamento das atividades administrativas e operacionais do órgão. A realização da contratação por meio de processo licitatório competitivo promove a ampla concorrência entre fornecedores, permitindo a obtenção dos menores preços praticados no mercado local e garantindo melhores condições de pagamento e fornecimento.

A centralização da aquisição em um único contrato elimina a fragmentação de despesas, reduz custos administrativos e assegura maior controle sobre o consumo e sobre a execução financeira. Esse modelo de contratação permite ainda a previsibilidade orçamentária, uma vez que o planejamento dos quantitativos é feito com base em histórico de consumo e projeções de demanda para o exercício de 2026, evitando tanto o desperdício de recursos quanto a insuficiência de abastecimento.





O fornecimento parcelado conforme a necessidade real do órgão evita o imobilismo de capital e as perdas decorrentes de estocagem inadequada, já que o pagamento será efetuado somente após o consumo efetivo. Dessa forma, a administração pública garante liquidez orçamentária, melhor fluxo de caixa e aplicação eficiente dos recursos públicos.

Adicionalmente, o controle informatizado de abastecimento — com registro de data, hora, placa do veículo e volume abastecido — permite monitorar e auditar os gastos, promovendo transparência e evitando desvios ou irregularidades.

Assim, sob o ponto de vista econômico, a contratação mostra-se a opção mais racional, vantajosa e sustentável, assegurando o atendimento contínuo das necessidades institucionais com o menor custo global possível e em plena conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Gasolina Comum	R\$ 6,38	6.700 litros	R\$ 42.746,00
02	Etanol	R\$ 4,40	500 litros	R\$ 2.200,00
03	Diesel S10	R\$ 6,50	2.000 litros	R\$ 13.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 57.946,00

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados**.





8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis automotivos — gasolina comum, etanol e diesel S10 — destinados à frota oficial do órgão, garantindo abastecimento contínuo, seguro e eficiente ao longo do exercício de 2026.

O fornecimento será realizado diretamente no posto credenciado, de acordo com a demanda operacional da frota, respeitando os limites de volume contratados: 6.700 litros de gasolina comum, 500 litros de etanol e 2.000 litros de diesel S10. Cada abastecimento deverá ser registrado, com emissão de comprovante detalhado contendo data, hora, identificação do veículo, motorista responsável e quantidade fornecida, garantindo total rastreabilidade e controle do consumo.

A empresa contratada deverá assegurar que os combustíveis fornecidos estejam em conformidade com os padrões de qualidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), mantendo integridade, pureza e propriedades adequadas ao uso em veículos oficiais.

O modelo de fornecimento parcelado conforme demanda permite evitar desperdícios e imobilização de recursos, otimizando o fluxo financeiro e logístico da administração. A solução também inclui mecanismos de auditoria e fiscalização contínua, garantindo que os volumes consumidos correspondam aos registrados e que todos os procedimentos operacionais estejam em conformidade com normas de segurança, ambientais e administrativas.

A contratação atende integralmente aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço e planejamento, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a operação regular da frota e a execução eficiente das atividades institucionais do órgão.





9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada pelo menor preço unitário, permitindo que diferentes fornecedores sejam escolhidos para cada item, caso apresentem as propostas mais vantajosas individualmente. Essa forma de contratação garante maior economia e competitividade, pois cada item será adquirido pelo menor preço disponível, assegurando a qualidade e especialização na execução, ao mesmo tempo que mantém a transparência e legalidade do processo licitatório. Além disso, possibilita maior flexibilidade administrativa, permitindo o acompanhamento e fiscalização eficazes de cada contrato, garantindo à Administração Pública o melhor resultado com o menor custo unitário.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

O presente processo licitatório tem como objetivo alcançar a máxima economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A adoção do critério de menor preço unitário permite a aquisição de cada item pelo valor mais competitivo, promovendo significativa redução de custos financeiros e otimização do orçamento. Além disso, a possibilidade de contratação de múltiplos fornecedores garante maior eficiência na utilização de recursos materiais, ao permitir que cada item seja fornecido por empresas especializadas, assegurando qualidade e precisão na execução. Quanto aos recursos humanos, a gestão concentrada e organizada dos contratos proporciona maior produtividade da equipe de fiscalização e administração, evitando retrabalho e sobrecarga operacional. Dessa forma, a Administração Pública assegura o melhor resultado possível, equilibrando economia, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos financeiros, materiais e humanos.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.





As providências a seguir devem ser adotadas previamente à formalização da contratação. Ressalta-se que, embora não seja celebrado termo contratual, a nota de empenho servirá como instrumento hábil e suficiente, produzindo os mesmos efeitos legais de um contrato formal, nos termos da legislação vigente:

- I. Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- II. Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
- III. Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
- IV. Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- V. Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
- VI. Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão, com término previsto para 31 de dezembro de 2025.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

A contratação será realizada considerando os impactos ambientais associados aos bens e serviços, buscando minimizar o consumo de energia, água e outros recursos naturais durante toda a execução. Serão priorizados





fornecedores que adotem práticas sustentáveis, produtos com baixo consumo energético e materiais recicláveis ou reutilizáveis. Quando aplicável, será implementada logística reversa para o desfazimento adequado de bens, embalagens e refugos, garantindo a destinação ambientalmente correta e a reciclagem sempre que possível. Essas medidas visam reduzir os impactos ambientais, promover a sustentabilidade e assegurar conformidade com as normas ambientais vigentes.

14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa pelo **menor preço unitário** conforme Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021, pelo regime de execução indireta, fornecimento parcelado, mediante requisição.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da análise abrangente dos aspectos técnico, socioeconômico e ambiental, **concluo que a contratação do objeto é viável**. A escolha reflete uma abordagem estratégica que leva em consideração não apenas a eficiência operacional, mas também a responsabilidade financeira. A proposta de contratação está alinhada aos interesses e objetivos da Câmara Municipal de Extrema, assegurando uma gestão eficiente, econômica e sustentável, atendendo de forma adequada à necessidade a que se destina. Assim, a aquisição proposta é plenamente compatível com as exigências institucionais e contribuirá para o aprimoramento da gestão pública local.

Extrema, MG, 21 de outubro de 2025.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse ETP.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



ANEXO IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a. A documentação referida a seguir poderá ser:

I.apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II.substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

b. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

c. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto da DISPENSA são os seguintes:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Comprovante de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

II. DECLARAÇÃO CONJUNTA: Deverá ser apresentada junto com os documentos de habilitação em conformidade com o anexo deste Aviso. **ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONJUNTA.**



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



IV. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

V. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.



ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COM ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS COLETADOS (PREÇOS MÁXIMOS).

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para aquisição de combustíveis para a frota dos veículos da Câmara Municipal de Extrema para o ano de 2026. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ A pesquisa de valores foi realizada in loco nos principais postos de combustíveis da cidade de Extrema, visando obter parâmetros atualizados e compatíveis com o mercado local.
- ✓ Realizou-se pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública pertencentes ao estado de Minas Gerais, conforme demonstrado a seguir:

Item	Contratação	Órgão	ID de Contratação
01, 02	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 24/2025	Câmara Municipal de Dom Viscoso - MG	18355897000131-1-000039/2025
03	Ato que autoriza a Contratação Direta nº PL-184/2025	Município de Poços de Caldas – MG	18629840000183-1-000180/2025
01, 02, 03	Edital nº 000024/2025	Município de São Felix de Minas – MG	01613121000171-1-000091/2025

- ✓ Para complementar a pesquisa, foi realizada consulta no site da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, considerando a média dos preços praticados no último ano na cidade de Pouso Alegre, a mais próxima de Extrema, a qual não consta na referida base de dados.
- ✓ Por fim, registra-se que a Câmara Municipal de Extrema possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão, com término previsto para 31 de dezembro de 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	GASOLINA COMUM	R\$ 6,38	6.700 litros	R\$ 42.746,00
02	ETANOL	R\$ 4,40	500 litros	R\$ 2.200,00
03	DIESEL S10	R\$ 6,50	2.000 litros	R\$ 13.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 57.946,00

- ✓ **Observação:** para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.





ANEXO VI – MATRIZ DE RISCO PRC 181/2025 – DISPENSA 26/2025

1. DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos seguintes combustíveis: **Item 01:** 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum; **Item 02:** 500 (quinhentos) litros de etanol; **Item 03:** 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10. Homologação prevista para 2026.

2. Durante a fase de Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor, identificaram-se os seguintes riscos:

Risco 01

Refere-se ao atraso no procedimento licitatório. A probabilidade foi considerada baixa e o impacto alto, o que pode resultar no atraso da abertura do procedimento. Como ação preventiva, recomenda-se observar atentamente a necessidade de preenchimento da requisição inicial disposta no site da Câmara Municipal de Extrema, na aba "Servidor – Requisição de objeto e justificativa", sendo o responsável o requerente. Como ação de contingência, o chefe imediato do requerente deve tomar as providências necessárias para o correto preenchimento e entrega da requisição ao setor de compras no menor prazo possível, permitindo a realização da licitação.

Risco 02

Trata da utilização indevida da dispensa de licitação, com probabilidade baixa e impacto alto. O dano potencial é o fracionamento de licitações. A ação preventiva é verificar o gasto de despesas previstas no ano para objetos semelhantes, sob responsabilidade da Diretoria Geral, Jurídico e Alta Administração. Em caso de ocorrência, a contingência consiste em suspender o processo de dispensa e adotar a modalidade licitatória cabível, com responsabilidade do Jurídico e da Alta Administração.





Risco 03

Refere-se à descrição do objeto com indicação de marca sem fundamentação, com probabilidade baixa e impacto alto. Isso pode gerar restrição à competitividade, nulidade e retrabalho, além de responsabilização dos gestores. A ação preventiva é justificar previamente a indicação de marca, sendo responsáveis o Presidente da Câmara e o Jurídico. Em contingência, se identificado antes da licitação, deve-se suspender o processo e elaborar a justificativa. Se após a licitação, deve-se avaliar o impacto na competitividade, especialmente quanto ao número de licitantes.

Risco 04

Diz respeito à estimativa de preço em descompasso com os valores de mercado, com probabilidade baixa e impacto alto. O dano pode ser a contratação por preço elevado. Como ação preventiva, deve-se realizar uma pesquisa de mercado extensa e adequada, sob responsabilidade do Orçamentista, CPL e Jurídico. Caso o preço esteja elevado, a contingência é negociar a redução dos valores propostos com base nos valores do contrato atual, também sob responsabilidade do Orçamentista, CPL e Jurídico.

3. Na fase de **Gestão do Contrato**, foram identificados os seguintes riscos:

Risco 01

Refere-se à contratada deixar de atender às condições econômicas ou técnicas exigidas. A probabilidade é baixa e o impacto médio, com risco de inexecução e rescisão do contrato. A ação preventiva consiste na fiscalização do contrato, garantindo qualidade técnica e manutenção das condições de habilitação, sendo o responsável o fiscal ou gestor de contratos. Em caso de contingência, deve haver comunicação reiterada com a empresa e, se não houver regularização, abertura de processo administrativo, aplicação de penalidades e rescisão contratual, podendo-se convocar o segundo colocado. Responsáveis: Fiscal, Gestor de Contratos e Presidente da Câmara.



Risco 02

Refere-se à prestação de serviço insatisfatória ou entrega de itens em desacordo. A probabilidade é baixa e o impacto alto. O dano é a interferência na qualidade dos serviços ou entrega deficiente de itens. A ação preventiva envolve comunicação clara com a empresa sobre os padrões exigidos. Caso necessário, rejeitar o serviço ou os produtos. Responsáveis: Almoxarife, Fiscal e Gestor de Contratos. Como contingência, deve-se manter comunicação reiterada e aplicar penalidades se necessário, sob responsabilidade do Gestor, Fiscal e Presidente da Câmara.

Risco 03

Aborda a contratação de empresa impedida de contratar com a Administração. A probabilidade é baixa e o impacto alto, com possível problema na execução do contrato. Como ação preventiva, deve-se pesquisar o CNPJ da empresa no TCU – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, sob responsabilidade da CPL. Em caso de contingência, se identificada sanção impeditiva, a empresa deve ser excluída do processo de dispensa, também sob responsabilidade da CPL.

4. ANÁLISE FINAL

A elaboração do presente Mapa de Riscos visa atender aos princípios do planejamento, da eficiência, da transparência e da integridade da Administração Pública, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ainda que se trate de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do Art. 75 da referida Lei, é imprescindível a identificação e avaliação dos riscos envolvidos, bem como a definição de medidas de mitigação, com o objetivo de resguardar o interesse público e prevenir eventuais irregularidades no processo.

5. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



Extrema, MG, 21 de outubro de 2025.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



ANEXO VII – DECLARAÇÃO CONJUNTA

PRC 181/2025 – DISPENSA 26/2025

A empresa XXX, inscrita no CNPJ Nº XXX, através de seu representante legal abaixo assinado **DECLARA:**

(x) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

(x) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(x) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

(x) Que a minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

(x) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e inexistente impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

(x) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Extrema, MG, XX de XXX de 2025.

Nome / Assinatura Responsável



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	181/2025
DISPENSA Nº.	26/2025
EDITAL Nº.	26/2025
CONTRATO Nº.	XXX/2025
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	20/10/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA
E A EMPRESA XXX REFERENTE À
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO
DE COMBUSTÍVEIS.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2025, na modalidade DISPENSA nº. XX/2025, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos seguintes combustíveis: **ITEM 01:** 6.700 (seis mil e setecentos) litros de gasolina comum; **ITEM 02:** 500 (quinhentos) litros de etanol; **ITEM 03:** 2.000 (dois mil) litros de Diesel S10.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE DISPENSA Nº XX/2025 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2025, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.

2.2 Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.





3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. xx/2025, DISPENSA nº. xx/2025, EDITAL nº xx/2025 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.



4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a. O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, entrega parcelada, mediante requisição. O abastecimento ocorrerá na sede da CONTRATADA.
- b. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os produtos serão recebidos de forma imediata, pelo motorista e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- c. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- d. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- e. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- f. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.



g. É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

5.1 O valor unitário com o fornecimento do presente CONTRATO, e a quantidade estimada para um período de doze meses são os estabelecidos na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	QUANT. ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	GASOLINA COMUM			6.700 litros	
02	ETANOL			500 litros	
03	DIESEL S10			2.000 litros	
VALOR GLOBAL ESTIMADO					

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso), correspondente à estimativa do fornecimento do objeto durante o período de 12 meses, observados os preços unitários constantes da proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento.





6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

Recebimento

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente executado e realizado nas condições estabelecidas, que poderá ocorrer de forma semanal, quinzenal ou em até cinco dias úteis do mês vencido, em conformidade com o acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, tendo em vista a singularidade própria do objeto. De qualquer forma, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;



- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.





6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.

7.1 O CONTRATADO não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

8 CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

8.1 **Vigência:** Da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026: no caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte





digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

8.2 Renovação: Não haverá renovação contratual.

8.3 Do reajustamento: Não se aplica.

9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de



2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida



ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação: 3.3.90.30.01

Ficha: 16

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS

11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

11.1 A falta de conformidade com quaisquer dos requisitos delineados na descrição do objeto resultará em infração contratual, expondo a CONTRATADA a medidas legais cabíveis. A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente os requisitos estipulados no objeto, visando assegurar a legitimidade e efetividade da execução prevista neste CONTRATO.

11.2 A CONTRATADA deverá cumprir os seguintes requisitos:

- a) Cumprir integralmente as exigências de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- b) O posto de abastecimento deverá estar situado em raio máximo de 05 (cinco) km da sede da Câmara Municipal de Extrema, garantindo deslocamento rápido e econômico.
- c) O fornecimento será realizado diretamente nas bombas do estabelecimento credenciado, mediante emissão de cupom fiscal em nome do CONTRATANTE.



- d) Todos os combustíveis deverão atender aos padrões e especificações da ANP, com origem comprovada e livre de adulteração.
- e) O órgão contratante poderá realizar fiscalização direta, auditoria e conferência in loco.
- f) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda.
- g) Os preços deverão permanecer fixos e irredutíveis durante a vigência contratual, salvo questões de reequilíbrio financeiro devidamente comprovado.
- h) O contrato terá vigência de da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026.

12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.

- a. A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.
- b. As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.
- c. Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.
- d. Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.
- e. Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.



- f. Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- g. Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.
- h. Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.
- i. Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.
- j. Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.
- k. Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.
- l. No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO.

13.1 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até quinze dias úteis.





14. CLÁUSULA QUATORZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.

14.1 O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio financeiro, quando for o caso, será de até quinze dias úteis.

15. CLÁUSULA QUINZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

15.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

15.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, aplicar-se-ão os prazos mínimos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor – CDC, sendo de 30 (trinta) dias para bens ou serviços não duráveis e de 90 (noventa) dias para bens ou serviços duráveis, sem prejuízo de prazos mais extensos eventualmente previstos em legislação específica ou na proposta apresentada.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

16.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO é aquela estabelecida no pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) vigente no país.

16.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido pelo CDC, esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.





16.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

16.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

16.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

16.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.

17.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;



- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até cinco dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2 São obrigações do CONTRATADO:

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - I. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - II. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
 - III. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado



de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

V. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

18. CLÁUSULA DEZOITO – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.

18.1 Não se aplica.

19. CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.



20. CLÁUSULA VINTE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

20.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

21. CLÁUSULA VINTE E UM – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

21.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.



21.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

21.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.8.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

21.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

21.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

21.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

21.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

21.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

21.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de



adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

21.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

21.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

21.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

21.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

21.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

21.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk conforme designação nas Portarias nº 29/2025 e 30/2025, ou por quaisquer outros servidores que venham a substituí-la por ato formal. Fica autorizada a contratação de terceiros para auxiliá-la e prestar informações técnicas ou administrativas necessárias ao pleno exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização.

21.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:



- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

22.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

22.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

22.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e





b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

22.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

22.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

22.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

22.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

22.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

22.4.3 Indenizações e multas.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

23.1 **Vigência:** Da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, contados da sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco



inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

23.2 Renovação: Não haverá renovação contratual.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

24.1 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk conforme designação nas Portarias nº 29/2025 e 30/2025, ou por quaisquer outros servidores que venham a substituí-la por ato formal. Fica autorizada a contratação de terceiros para auxiliá-la e prestar informações técnicas ou administrativas necessárias ao pleno exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DO PREPOSTO.

25.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DAS ALTERAÇÕES.

26.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

26.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



27. CLÁUSULA VINTE E SETE – DA PUBLICAÇÃO.

27.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

28.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

29. CLÁUSULA VINTE E NOVE – DO FORO.

29.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



Extrema (MG), XX de XX de 2025.

Signatários

XXX Presidente Câmara Municipal de Extrema CONTRATANTE	XXX XXX XXX CONTRATADA

Testemunhas

01.Nome/Assinatura/CPF

02.Nome/Assinatura/CPF



(35) 3435-2623



Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626
Ponte Nova - Extrema - MG - 37642-350



camaraextrema.mg.gov.br